

ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada - CNPJ nº 84.696.814/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Atendendo às disposições da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31/12/2022 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Santa Bárbara D'Oeste, 31 de janeiro de 2023

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31 de		31 de		Passivo Circulante	31 de		31 de	
	Nota Explicativa	de 2022	de 2021	de 2022		de 2021	Nota Explicativa	de 2022	de 2021
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	6	32.375	21.895		Impostos e contribuições a recolher	230	28		
Duplicatas a receber		3	2		Dividendos	512	9		
Estoques	7	1.397	2.150		Imposto de renda e contribuição social a recolher	668	220		
Impostos e contribuições a recuperar		122	73		Partes relacionadas	10	11	11	
		33.897	24.120			1.421	268		
Outros investimentos	8	300	300		Patrimônio Líquido				
		300	300		Capital social	11	17.451	17.451	
					Reserva de capital		80	80	
					Reserva de lucros	11	15.245	6.621	
					Total do Patrimônio Líquido				
Total do Ativo		34.197	24.420		Total do Passivo e Patrimônio Líquido				
						34.197	24.420		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reserva de lucros					Lucros	
	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva legal	Total acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.451	80	1.789	3.490	5.279	-	22.810
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.394	5.394
Dividendos pagos (equivalentes a R\$0,65 por ação)	-	-	(1.789)	-	(1.789)	(2.263)	(4.052)
Transferência entre reservas	-	-	3.131	-	3.131	(3.131)	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	1.342	-	1.342	(5.394)	(4.052)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.451	80	3.131	3.490	6.621	-	24.152
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.672	15.672
Dividendos pagos (equivalentes a R\$1,06 por ação)	-	-	(3.131)	-	(3.131)	(3.414)	(6.545)
Transferência entre reservas	-	-	11.755	-	11.755	(11.755)	-
Complemento dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(503)	(503)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	8.624	-	8.624	(15.672)	(7.048)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.451	80	11.755	3.490	15.245	-	32.776

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem por objetivo principal a atividade imobiliária, inclusive incorporação, compra, venda e locação de imóveis próprios, a exploração de direitos imobiliários, por qualquer outra forma, a administração de bens próprios ou de terceiros, a intermediação de negócios imobiliários e corretagem em geral, inclusive seguro, prestação de fianças, avais, anuências e congêneres, representada pelas comissões recebidas de instituições financeiras, decorrente de garantias e avais, prestação de serviços relacionados com suas atividades e a participação em sociedades imobiliárias e outras, como sócia, quotista ou acionista. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 31 de janeiro de 2023. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma e, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras (Nota 3). **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações em títulos com alta liquidez e riscos insignificantes de perda de valor, com vencimentos originais de até três meses. Estão registrados ao custo ou de acordo com o mercado, e quando aplicável acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **2.3. Ativos financeiros - recebíveis:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis compreendem as "Contas a receber" (Nota 2.4). A Administração avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber da venda de imóveis e valores a receber de alugueis de imóveis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas para risco de créditos. **2.5. Estoques:** Os estoques são representados por terrenos e edificações. Os estoques são registrados pelo custo de aquisição. **2.6. Outros investimentos:** De acordo com o CPC 48 "Instrumentos Financeiros" um investimento em instrumento patrimonial que não tenha preço cotado em mercado ativo para instrumento idêntico (ou seja, informação de Nível 1) (ou ativo derivativo que seja vinculado a esse instrumento e que deva ser liquidado pela entrega desse instrumento), deve ser mensurado ao valor justo na data da aplicação inicial. O CPC 48 ainda estabelece que instrumentos de participação societária, quando não há controle, controle conjunto ou influência significativa, devem ser mensurados pelo seu "valor justo". Para valorização a valor justo deste instrumento financeiro a Companhia utilizou como referência as informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. **2.7. Passivos financeiros:** Classificação dos passivos financeiros: Instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros. Passivos financeiros são designados como outros passivos reconhecidos inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social - Lucro Presumido:** A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro

fiscal presumido. Sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes: • 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre venda de mercadorias. • 32% sobre receitas e serviços. • 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo constituídas, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre a receita que exceder R\$240 ao ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.10. Capital social:** As ações ordinárias são apresentadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. **2.11. Distribuição de dividendos:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos como dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício. **2.12. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de imóveis e de alugueis de propriedades para investimento e por comissões recebidas de instituições financeiras por ser garantidora de fianças bancárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções, dos abatimentos e dos descontos. **2.13. Outras receitas e despesas:** O resultado das operações é registrado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.14. Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas:** CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas: Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. **Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. **Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis:** A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa		2022	2021
			2022	2021
Receita operacional líquida	13	16.542	5.729	
Custo dos produtos e serviços vendidos	7	(753)	-	
Lucro bruto		15.789	5.729	
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas		(819)	(218)	
Honorário da Administração		(112)	(103)	
		(931)	(321)	
Lucro operacional		14.858	5.408	
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	14	2.764	920	
		2.764	920	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.622	6.328	
Imposto de renda e contribuição social	9	(1.950)	(934)	
Lucro líquido do exercício		15.672	5.394	
Lucro básico por ação em reais - R\$	11	2,53	0,87	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	15.672	5.394
Lucro líquido abrangente do exercício	15.672	5.394

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: • Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; • Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **3. USO DE ESTIMATIVAS:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a mensuração do valor justo de outros investimentos. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. **4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a risco financeiro, principalmente por riscos de mercados (risco com taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pelas variações nas taxas de juros relacionadas ao CDI. **5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • Caixa e equivalentes de caixa: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • Investimentos em ações: O investimento em ações da Santinvest S.A. Participações, classificado no grupo de outros investimentos e mensurados pelo valor justo no resultado da Companhia. **6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:**

	2022	2021
Caixa	95	106
CDB - Certificado de depósito bancário	32.280	21.789
Total do caixa e equivalentes de caixa (i)	32.375	21.895

(i) Refere-se a aplicações financeiras com rentabilidade substancialmente fixada pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

	2022	2021
Terrenos	1.146	1.899
Edificações	251	251
Total	1.397	2.150
Saldo em 1º de janeiro	2.150	2.150
Baixa (i)	(753)	-
Saldo em 31 de dezembro	1.397	2.150

(i) Em outubro de 2022 houve a venda do terreno Av. Bandeirantes, na Cidade de Santa Bárbara D'Oeste - SP, pelo valor bruto de R\$10.500, tendo sido recebido na sua totalidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

8. OUTROS INVESTIMENTOS: A Companhia possui participação societária de 0,27% na empresa Santinvest S.A. Participações em 31/12/2022. Tal participação está avaliada ao valor justo de mercado, em conformidade com o CPC 48 "Instrumentos Financeiros". A Companhia possui 89 ações da empresa SANTINVEST S.A. Participações, tendo como valor justo em 31 de dezembro de 2022 - R\$300. **9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** A conciliação entre as despesas de imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário é como segue:

	2022	2021
Receita bruta - comissão	6.665	5.929
Percentual de presunção do lucro - comissão	32%	32%
Lucro presumido - comissão (IR /CS)	2.133	1.897
Receita bruta venda de imóveis próprios	10.500	-
Percentual de presunção do lucro - venda de imóveis próprios (IR)	8%	-
Lucro presumido - venda de imóveis próprios (IR)	840	-
Receita bruta venda de imóveis próprios	10.500	-
Percentual de presunção do lucro - venda de imóveis próprios (CS)	12%	-
Lucro presumido - venda de imóveis próprios (CS)	1.260	-
Receitas financeiras	2.721	920
Base do imposto de renda sobre o lucro pelo regime caixa	5.694	2.817
Base contribuição social sobre o lucro pelo regime caixa	6.114	2.817
Imposto de renda a alíquota de 15%	(855)	(423)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(545)	(257)
Contribuição social a alíquota de 9%	(550)	(254)
Total do IRPJ e CSLL	(1.950)	(934)

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente
Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente
Fábio Barbanti Tairar - Diretor

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.622	6.328
Duplicatas a receber	(1)	-
Estoques	753	-
Impostos e contribuições a recuperar	(49)	(49)
Impostos e contas a pagar	202	14
Caixa gerado nas operações	18.527	6.293
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(1.502)	(861)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	17.025	5.432
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(6.545)	(4.049)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.545)	(4.049)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	10.480	1.383
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	21.895	20.512
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	32.375	21.895

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

Saldos patrimoniais	Contas a pagar (serviço administrativo)	
	2022	2021
Controladora direta:		
Romi S.A.	11	11
Total	11	11

As transações com partes relacionadas registradas no resultado do exercício decorrem de serviços administrativos no montante de R\$43 (R\$24 em 2021). A remuneração da Administração da Companhia foi de R\$ 112 (2021 - R\$103). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia é garantidora nas transações de Financiamentos e de Financiamentos de FINAME-Fabricante respectivamente no montante de R\$11.314 (R\$23.102 em 2021) e R\$275.988 (361.934 em 2021) da sua controladora Romi S.A.. **11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** O capital social em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é representado por 6.191.156 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente autorizadas e integralizadas. **Dividendos:** O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros pela Administração à Assembleia Geral Ordinária é como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	15.672	5.394
(-) Constituição de reserva legal	-	-
Lucro passível de distribuição	15.672	5.394
Complemento dividendos mínimos obrigatórios	(504)	-
Dividendos propostos e distribuídos	(3.414)	(2.263)
Constituição de reserva de lucros	11.755	3.131
Percentual dos dividendos propostos sobre o lucro passível de distribuição	25%	42%

Em 1 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos complementares ao mínimo obrigatório, referente ao exercício de 2020, o total de R\$3.131, pago em 15 de fevereiro de 2022. Em 20 de julho de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$3.414, pagos durante o exercício social de 2022, oriundo de lucros apurados no 1º semestre de 2022. Durante o exercício social de 2022 o montante pago pela Companhia referente a Dividendos foi de R\$6.545. **Reserva legal:** De acordo com o previsto no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deve ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não registrou valor como reserva legal, pois em 2012 já atingiu o limite de 20% do capital social. **Reserva de lucros:** Em conformidade com o Estatuto Social, o montante de lucros retidos no exercício, adicionados à reserva de lucros, teve sua destinação definida pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2023, a ser ratificado pela Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as demonstrações financeiras. **Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	15.672	5.394
Média ponderada das ações no exercício - em milhares	6.191	6.191
Lucro básico por ação - em R\$	2,53	0,87

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento, com efeito, diluidor sobre o lucro por ação. **12. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR:** A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada aberta complementar com uma entidade de previdência privada, devidamente autorizada, desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus Administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e classificado como contribuição definida. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições. O custeio deste plano é suportado pela Companhia de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis os Administradores. O montante de contribuições despendidas pela Companhia foi de R\$3 em 2022 (R\$2 em 2021). **13. RECEITA:** A receita operacional líquida

—☆ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras

não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 31 de janeiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Audidores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador - CRC nº 1 SP 253932/O-4

Deloitte.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>